

Ata da Audiência de Julgamento

Processo: Penal n.º 2023/0456 – Burla Informática por Phishing – Transferências Fraudulentas de €32 000

Juízo: Juiz de Instrução Criminal n.º 4 do Tribunal Judicial de Lisboa

Data: 15 de outubro de 2024

Local: Sala de Audiências do Tribunal Judicial de Lisboa, Rua da Prata, 45 – 1100-420 Lisboa

1. Presenças

Parte	Representante	Nº de Ordem
Ministério Público	Dra. Marta Santos	OA 54321
Réu – João da Silva	Dr. Ana Pereira	OA 12345
	Dr. Luís Carvalho	OA 67890
Tribunal	Juiz de Instrução Criminal n.º 4	—
Secretaria	Sr. António Ribeiro (Secretário)	—

Ausentes: nenhum. Todas as partes foram regularmente intimadas e encontravam-se presentes em juízo.

2. Ordem do Dia

1. **Abertura da sessão** – Verificação de quórum e leitura da ordem de trabalhos.
2. **Exposição dos factos** – Ministério Público e defesa.
3. **Apresentação das provas** – Documentais, periciais e testemunhais.
4. **Debate jurídico** – Teses do Ministério Público e da defesa.
5. **Deliberação do juiz** – Decisão sobre a continuação do processo e eventual aplicação de medidas cautelares.
6. **Encerramento.**

3. Exposição dos Factos

3.1 Ministério Público A **Dra. Marta Santos**, em nome do Ministério Público, reiterou que o réu, **João da Silva**, residente na Rua da Boavista, 78 – 1200-345 Lisboa, teria, entre 10 e 25 de março de 2023, enviado e-mails fraudulentos simulando comunicações da entidade bancária “Banco Lusitano”.

Os e-mails continham links que redirecionavam para um sítio Web falsificado, onde o réu induzia as vítimas a inserir as credenciais de acesso às suas contas bancárias. A partir daí, foram efetuadas **transferências eletrónicas no total de €32 000**, distribuídas em cinco operações distintas, todas para contas bancárias sob controlo do réu, identificadas nos documentos bancários anexados.

3.2 Defesa A **Dr.ª Ana Pereira**, em nome da defesa, alegou que o réu **não teve participação direta** nas transferências e que os e-mails foram enviados a partir de um endereço IP que, segundo a defesa, **não lhe pertencia**. Argumentou ainda que a autoria dos atos ainda não está provada de forma incontroversa e que a perícia informática ainda não concluiu a análise dos cabeçalhos dos e-mails.

4. Provas Apresentadas

4.1 Documentais

Nº	Descrição	Data
P1	Cópia dos e-mails de phishing enviados ao suposto autor das contas bancárias	10 a 25 /03/2023
P2	Extratos bancários das contas de destino, demonstrando as entradas de €32 000	12 a 27 /03/2023
P3	Registo de IPs associados às sessões de login nas contas vítimas	10 a 25 /03/2023
P4	Declaração da vítima, Sr. Carlos Mendes, relatando a perda dos fundos	02 /04/2023

4.2 Periciais

- **Laudo pericial informático** (perito-consultor **Dr. Rui Ferreira**, NIF 123456789) – Em análise, com parecer previsto para **30 de outubro de 2024**. O laudo deverá confirmar ou refutar a ligação entre o endereço IP **185.23.12.87** (identificado nos registos) e o dispositivo do réu.

4.3 Testemunhais

Testemunha	Qualificação	Tema da Depoção
Sra. Maria Lopes (contabilista)	Contabilista, NIF 987654321	Verificação dos fluxos financeiros nas contas de destino
Sr. Carlos Mendes (vítima)	Cliente bancário	Relato da experiência de phishing e consequências financeiras

Todas as testemunhas foram inquiridas e as suas declarações foram transcritas nos autos (fls. 215 a 228).

5. Debate Jurídico

5.1 Tesões do Ministério Público

1. **Existência de dolo específico** – O réu, ao criar e divulgar o sítio Web falsificado, agiu com a intenção de obter lucro ilícito, configurando o crime de burla informática previsto no art.º 217.º do Código Penal.
2. **Responsabilidade direta** – Os registos de IP demonstram que o acesso ao sítio fraudulento foi efetuado a partir de um terminal que, segundo a investigação preliminar, pertence ao réu (computador pessoal registado em nome de João da Silva).
3. **Nexo causal** – As transferências realizadas são consequência direta das credenciais obtidas mediante o phishing, sendo o réu o autor material dos atos ilícitos.

5.2 Tesões da Defesa

1. **Ausência de prova conclusiva** – O laudo pericial ainda não está concluído; não se pode atribuir ao réu a autoria dos endereços IP sem a devida comprovação técnica.
2. **Possibilidade de terceiros** – O réu poderia ter sido vítima de um ataque de “spoofing” de IP, o que descaracterizaria a sua responsabilidade penal.

3. **Princípio da presunção da inocência** – Enquanto não houver prova inequívoca, o réu deve ser considerado inocente, nos termos do art.º 31.º da Constituição da República Portuguesa.
-

6. Deliberação do Juiz

O Juiz de Instrução Criminal n.º 4, após ouvir as partes e analisar as provas apresentadas, **decidiu**:

1. **Prorrogação do prazo para o laudo pericial** – O perito deverá entregar o parecer até **30 de outubro de 2024**, sob pena de imposição de multa ao perito por incumprimento de prazo.
2. **Manutenção da medida cautelar de prisão preventiva** – Dada a gravidade dos factos e o risco de fuga, a prisão preventiva de João da Silva permanece em vigor até decisão final.
3. **Designação de nova audiência** – A próxima audiência de julgamento será realizada em **15 de dezembro de 2024**, às 10h00, para apreciação do laudo pericial e eventual prolação de sentença.
4. **Intimação das partes** – As partes são intimadas a apresentar, até **5 de novembro de 2024**, quaisquer documentos suplementares que considerem relevantes para a instrução do processo.

Nada mais havendo, o juiz declarou encerrada a presente sessão às **15h30**, lavrando a presente ata que, após leitura, foi aprovada e assinada pelos presentes.

7. Assinaturas

Nome	Cargo	Assinatura
Dr.ª Marta Santos	Procuradora do Ministério Público	_____
Dr.ª Ana Pereira	Advogada de defesa	_____
Dr. Luís Carvalho	Advogado de defesa	_____
Juiz de Instrução Criminal n.º 4	Juiz	_____
Sr. António Ribeiro	Secretário	_____

Esta ata foi redigida em conformidade com o Código de Processo Penal e o Código de Processo Civil, devendo ser juntada aos autos do processo penal n.º 2023/0456.